

**PORTARIA Nº 019/2024 - DIRETOR PRESIDENTE**

O Diretor Presidente da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, especialmente aquelas previstas no Art. 17, alínea “s”, do Estatuto Social da CEASA/GO: “de baixar resoluções, portarias, ordem de serviços, circular, comunicação, dar despachos e outros atos sobre assuntos de sua competência: Administrativa, de Recursos Humanos, de Operação de Mercado, de Programas Sociais, Jurídica e da Secretaria Geral”, e ainda;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o disposto na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, art. 104, inciso III, e arts. 107 a 123, nos seus incisos e parágrafos, que preveem a fiscalização e o acompanhamento dos contratos administrativos;

**CONSIDERANDO** também, que a Lei nº 13.303/2016 é limitada, e não prevê de forma expressa e específica parâmetros para a fiscalização dos contratos administrativos, deixando a critério das empresas estatais a **LIBERDADE** de regulamentar sobre a nomeação de Gestores e Fiscais para acompanhamento dos contratos celebrados perante as Sociedades de Economia Mista;

**CONSIDERANDO** ainda, que desde o início da execução do contrato administrativo, é obrigatório, por parte da Administração Pública, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, para que o contrato seja fielmente executado pelas partes, nos termos do Art. 40, inciso VII da Lei 13.303/2016 e no Art. 107 da Lei 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** por fim, que GESTOR e FISCAL têm atribuições diferentes.

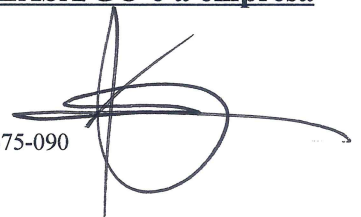
**RESOLVE:**

**Art. 1º – Designar a servidora LÍVIA MÔNICA SALES NOGUEIRA ALMEIDA como Gestora, e a servidora VITÓRIA DOS SANTOS CARNEIRO, como Fiscal, ambas funções referentes ao Contrato nº 003/20224, firmado entre a CEASA/GO e a empresa**

Recebi  
em 18/07/24

Domy

Recebi em 24/07/2024  
Vitória



**BORGES E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de Assessoria Jurídica, junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos com devido acompanhamento da rotina de trabalho, adequação dos procedimentos internos à normatização do TCE-GO, elaboração de papeis de trabalho, análise prévia dos atos dos departamentos, procedimentos de compras e contratações, além da verificação das fases internas e externas dos processos licitatórios, **pelo período de 12 (doze) meses.**

**Art. 2º** – Determinar que a **GESTORA** realize anotações, em registros próprios, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato e, se observado faltas e defeitos que comprometam a fiel execução do serviço, cuja regularização dependa de decisões que ultrapassem a sua competência, que sejam encaminhadas, por escrito, à Diretoria Executiva, para adoção de medidas cabíveis.

**Art. 3º** – Determinar que a **FISCAL** realize a função de fiscalização técnica do escopo contratual, e faça o acompanhamento da prestação do serviço, da realização da obra ou da entrega do material, observando se a execução física do contrato condiz com as cláusulas avençadas, a fiscalização é pontual.

**Art. 4º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

**DÊ CIÊNCIA E CUMPRA-SE!**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A**, em Goiânia (GO), aos dias 08 de junho de 2024.



**MANOEL CASTRO DE ARANTES**  
Diretor Presidente